



## Mirinzal ganha novo Fórum de Justiça



Inaugurado, em setembro, pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, corregedor geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior, e juíza Gisa Mendonça, o novo fórum da comarca de Mirinzal.

Com o investimento, a Justiça local passou a funcionar em sede própria, com modernas instalações e dependências planejadas para o funcionamento dos serviços forenses.

O prédio tem 373,61m<sup>2</sup> de área construída em um terreno com 990,52m<sup>2</sup>. Possui gabinete para juiz, salas para o Ministério Público e OAB, recepção, secretaria judicial, Centro de Processamento de Dados, distribuição, arquivo, sala de audiência, banheiros para portadores de necessidades especiais e público em geral,

estacionamento para visitantes e garagem privativa para magistrado.

O Poder Judiciário investiu na obra R\$ 575.556,07, oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário.

Com a conclusão da obra, o Tribunal de Justiça do Maranhão cumpre uma das etapas do projeto de construção, reforma e ampliação de fóruns da Justiça, em execução em todo o Estado.

“Há cinco anos, na gestão do desembargador Militão Vasconcelos, a comarca foi instalada e agora, com pouco tempo de existência, já conta com fórum próprio. Nunca o Judiciário fez tanto pela Justiça de 1º grau” disse o presidente.

Em parceria com a Corregedoria, o TJMA está colocando em prática um projeto audacioso que está dotando a justiça de

1º grau com 20 fóruns novos e mais de 60 em reforma”, ressaltou Gedeon.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, disse que, graças ao trabalho conjunto entre a Corregedoria e a Presidência do TJMA, a Justiça de 1º grau está próxima da justiça que todos idealizamos, com estrutura e com condições de trabalho dignas. “A base da Justiça no Estado estava fora dos padrões. Hoje é outra, se modernizou e está próxima da Justiça do futuro”, assinalou.

A juíza Gisa Mendonça declarou que trabalhar num prédio novo e estruturado fortaleceu o seu desejo de atuar na comarca, onde tramitam 1.500 processos. O prefeito do município, Ivaldo Almeida Ferreira, por sua vez, disse que a estrutura que a comarca tem hoje é resultante de

um trabalho conjunto entre o Judiciário e o Executivo Municipal. “Estamos todos muito satisfeitos e entusiasmados. Este fórum é uma obra de referência na nossa região”, frisou.

Além do desembargador federal do TRT, Alcebiades Dantas, participaram da solenidade de inauguração os juízes Fernando Mendonça e Douglas Melo Martins (2ª VEP de São Luís), Julio Prazeres (Pineiro), Marcela Santana Lobo (Cedral), o presidente da Câmara Municipal, Clorisvaldo Silva, familiares do desembargador Militão Vasconcelos, os diretores do TJMA, Alessandra Darub (geral), Luis Carlos Calvet (financeiro) Francisco Pereira (administrativo), a servidora do Poder Judiciário e filha do ex-juiz que dá nome ao fórum, Tânia Chung, dentre outros.

## EDITORIAL



Continuamos apostando na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário e a nossa política de valorização da Justiça de 1º Grau se fortaleceu, em setembro, com a inauguração do novo fórum da comarca de Mirinzal, onde investimos mais de R\$ 575.556,07, oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

Na perspectiva de garantir uma Justiça mais célere para os jurisdicionados, instalamos também, em setembro, a 2ª Vara de Rosário e tivemos a satisfação de iniciar a construção de novos fóruns nas comarcas de Morros, Viana e Porto Franco, ampliando a estrutura da Justiça no Estado, uma das prioridades da nossa gestão.

Além de visitas às comarcas de Pinheiro, Guimarães, Santa Inês, Coroatá, Igarapé Grande, Poção de Pedras, Pindaré-Mirim, Esperantinópolis e São Vicente Ferrer, vistoriamos serviços de reforma em São Mateus e Cedral. Já são cerca de 0 fóruns novos e mais de 60 passando por serviços de revitalização.

Temos consciência de que os investimentos nas obras de construção e revitalização de fóruns irão provocar mudanças significativas na operacionalização dos trabalhos forenses.

São obras que se destacam pela modernidade das instalações e estrutura funcional, oferecendo condições dignas de trabalho aos magistrados e servidores, fator importantíssimo para a agilização da prestação jurisdicional.

Temos procurado desenvolver nosso trabalho com ações empreendedoras, colocando o Judiciário mais perto do cidadão. Nesse sentido, temos investido também em tecnologia, com a instalação de equipamentos de informática em 124 unidades judiciais e administrativas na capital e no interior do Estado, quadruplicando a velocidade de conexão entre essas unidades e a base de dados do TJMA em São Luís.

Sabemos que a comunicação virtual é um instrumento eficiente e pode garantir bons resultados na rotina do trabalho forense, provocando mudanças necessárias na nova cultura que está sendo formada dentro do Judiciário maranhense.

**Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto**  
Presidente

## TJ aprova Estatuto da Fundação da Cidadania e Justiça

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou por unanimidade, em sessão do dia 21 de setembro, o Estatuto da Fundação da Cidadania e Justiça, criada pela Lei 9.324, de dezembro de 2010. A Fundação pública é vinculada ao Poder Judiciário e objetiva conferir maior agilidade aos projetos de responsabilidade social, especialmente Casa Brigo e Casa da Criança.

Segundo o Estatuto, a Fundação da Cidadania e Justiça subsidiará o Tribunal de Justiça na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte às mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e adolescentes em situação de risco ou em processo de adoção, além de outros projetos sociais como casamentos comunitários e campanhas de registro de nascimento.

No âmbito da Casa Abrigo, a Fundação terá as finalidades de oferecer às mulheres o acolhimento, assistência médica e psicológica, alimentação, atividades profissionalizantes e proteção e, no âmbito da Casa da Criança, além destas, atividades pedagógico-educativas às crianças e adolescentes, até sua adoção, retorno ao lar ou o alcance de dezoito anos de idade.

**CONSELHOS** - O Estatuto dispõe que a Fundação será administrada pelos Conselhos de Curadores e Fiscal e pela Diretoria

Administrativa, formados por integrantes cujo exercício não será remunerado a qualquer título, com exceção do salário eventualmente percebido pelo servidor.

O Conselho de Curadores será formado por sete membros, representantes do Poder Judiciário (juiz aposentado); das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil; do Ministério Público; da Procuradoria Geral do Estado; da Defensoria Pública; da Secretaria da Mulher e da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC).

Ao Conselho de Curadores compete atividades acerca da estratégia de ação e dos programas a serem desenvolvidos pelo órgão, como fiscalização do patrimônio e dos recursos; aprovação dos orçamentos, contas e balanços; critérios de contratações; aprovação de convênios, acordos, ajustes e contratos, entre outras.

O Conselho Fiscal realizará a fiscalização econômico-financeira da Fundação e se pronunciará sobre alienações, onerações ou aquisições de bens e direito, emitindo parecer para deliberação pelo Conselho de Curadores.

À Diretoria Administrativa compete a gestão da Fundação, por meio da expedição de normas; preparação de balancetes e prestação de contas; fornecimento aos Conselhos de informações e meios necessários às suas atribuições, entre outras.

## Atualizada tabela de diligências de oficiais e comissários

Os valores referentes à indenização de transporte por diligência destinada aos oficiais e comissários de Justiça para cumprimento de mandados e outras determinações judiciais, fora das dependências do Tribunal, Fórum ou dos Juizados, serão corrigidos a partir de 1º novembro de 2011. A decisão é da Presidência do Tribunal de Justiça, na Resolução nº 36/2011, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 5 de setembro deste ano.

De acordo com a nova tabela, pelas diligências não cumpridas, devidamente comprovadas, os oficiais e comissários receberão a importância fixa de R\$ 520,00 que será adicionada, de forma não cumulativa, à indenização recebida em razão das diligências cumpridas.

A partir da décima quinta diligência cumprida, considerando o vencimento básico do cargo de oficial de Justiça, perceberão: a) de 15 a 44 diligências, 7%; b) de 45 a 74 diligências, 12%; c) de 75 a 104 diligências,

18%; d) de 105 a 134 diligências, 25%; e) de 135 ou mais diligências, 30%.

Para o presidente do TJMA, a implantação da indenização de transporte por diligência para cumprimento de mandados e outras determinações judiciais é um incentivo que vai agilizar a tramitação dos processos, abreviando a prestação jurisdicional.

“O objetivo é aperfeiçoar alguns dispositivos da Resolução nº 044, de 23 de agosto de 2010, para que o sistema da indenização de transporte por diligência se mostre mais atrativo para os oficiais e comissários, permitindo, assim, o alcance de um maior número de diligências cumpridas”, diz o texto.

**SUBSTITUIÇÃO** - Também passará a ser contabilizado ao oficial e comissário, na hipótese de substituição por qualquer período, o percentual correspondente às diligências sob sua responsabilidade, somado ao percentual das diligências resultante de substituição.



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto  
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire  
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior  
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo  
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf  
Des. José Stélio Nunes Muniz  
Des. Raimundo Freire Cutrim  
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa  
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo  
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães  
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz  
Desa. Raimunda Santos Bezerra  
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos  
Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes  
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira  
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa  
Des. Raimundo Nonato de Sousa  
Des. Jaime Ferreira Araújo  
Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo  
Des. José Bernardo Silva Rodrigues  
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho  
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa  
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro  
Juizes Auxiliares

### EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA  
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ\_MA  
Site: www.tjma.jus.br  
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:  
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:  
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,  
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,  
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,  
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:  
Tiago Erre

Fotos:  
Asscom/Ribamar Pinheiro

## Advogados visitam obra de duplicação do fórum de São Luís



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, mostrou aos dirigentes da seccional maranhense da OAB, em setembro, a obra de construção do Anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, localizado no Calhau.

Acompanhado dos desembargadores José Bernardo (ouvidor-geral) e José Luiz de Almeida, juízes e diretores do TJMA e do fórum da Capital, o presidente explicou aos advogados os detalhes da obra, que deverá ser entregue em 8 de dezembro – Dia da Justiça.

Na construção do anexo – que tem 46 mil metros quadrados de área construída e cerca

de 50 mil metros quadrados de área total – foram investidos R\$ 57 milhões.

“O anexo está sendo construído para garantir comodidade, segurança e bom atendimento aos jurisdicionados. As obras estão em fase de conclusão e é a realização de um sonho para os magistrados, advogados e para sociedade maranhense”, ressaltou Gedeon.

Os advogados conferiram a estrutura-padrão das 80 varas judiciais, que funcionarão no local, e os projetos arquitetônico e logístico da unidade. Para o diretor-tesoureiro da OAB, Valdênio Caminha, a estruturação de um novo fórum com melhores condições de trabalho para magistrados, servidores e advogados vai impulsionar os serviços prestados pelo Judiciário à população.

“Há uma expectativa muito grande da advocacia, que deseja uma estrutura ampla de estacionamento, secretarias, gabinetes de juízes, sala dos advogados”, disse.

## Seminário de Direito e Imprensa do TJMA recebe prêmio nacional

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu o Prêmio Nacional de Educação Corporativa (PecJus), na categoria “educação e comunicação”, pela realização do II Seminário de Direito e Imprensa, pela Assessoria de Comunicação da Presidência. A premiação foi concedida durante o Congresso Brasileiro de Educação Corporativa (Conecjus), no dia 16/09, na Associação dos Magistrados de Goiás.

Foram premiados os melhores projetos em nove categorias com o objetivo de incentivar e promover as práticas voltadas para a educação corporativa. O Seminário de Direito e Imprensa é promovido pelo TJMA, em parceria com a Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam).

O evento reúne profissionais de comunicação com o objetivo de contribuir para a qualidade da cobertura jornalística das atividades do Poder Judiciário, por meio da compreensão das atribuições, estrutura e funcionamento dos órgãos da Justiça estadual.

Na sua 2ª edição, o seminário, realizado nos dias 8 e 9 de

agosto de 2011, debateu os temas: “A Cobertura Jornalística do Poder Judiciário” (jornalista Rodrigo Moreira Haidar), “O Direito-dever de Informar e a Liberdade de Expressão” (juiz de Direito André Bogéa Pereira Santos), “O Processo Criminal e a Imprensa” (desembargador Marcelo Carvalho Silva) e “A Simplificação da Linguagem Jurídica” (desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa).

Segundo a chefe da assessoria de comunicação do TJMA, Helena Barbosa, a participação de desembargadores e juízes e de profissionais da Imprensa proporcionou uma troca de experiências proveitosa e enriquecedora para todos os profissionais envolvidos. O evento integra as ações estratégicas do Judiciário na área da comunicação social.



Presidente do TJMA (ao centro) com a equipe de comunicação

## TJMA aprova projeto que cria varas e altera competências

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou texto de projeto de lei complementar que cria duas varas na comarca de São José de Ribamar, e uma nas comarcas de Balsas, Santa Inês e Maracumé, além de alterar competências de outras varas na capital e no interior. O anteprojeto será encaminhado para apreciação e votação na Assembleia Legislativa do Estado (AL-MA).

Antes da aprovação unânime do texto que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, em sessão plenária administrativa do TJMA no mês de setembro, o relator, desembargador Cleones Cunha, enfatizou que o projeto é fruto do trabalho de discussão com juízes das comarcas envolvidas.

Depois de ouvidos os magistrados e analisados os requerimentos, a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão manifestou-se favorável ou parcialmente favorável, com base na análise das necessidades.

Se o projeto for aprovado pela Assembleia e sancionado pela governadora do Estado, a comarca de São José de Ribamar, terceiro município mais populoso do Maranhão, ganhará duas varas criminais e as três

existentes responderão pela área cível. Também serão criadas a 4ª Vara da comarca de Balsas, a 2ª de Maracumé e a 4ª de Santa Inês, todas de entrância intermediária.

**SÃO LUÍS** - O projeto prevê que, das atuais 11 varas criminais de São Luís, as 1ª e 9ª varas passem a ser denominadas de 3ª e 4ª varas do Tribunal do Júri, ficando as remanescentes denominadas de 1ª até 9ª Vara Criminal. Cleones Cunha citou dados estatísticos do número de homicídios em municípios da ilha ao justificar a necessidade de quatro varas do Tribunal do Júri na capital. Segundo o desembargador, houve 282 assassinatos na Grande São Luís no primeiro semestre de 2011, o que representa 47 crimes por mês.

De acordo com o texto aprovado, enquanto não for instalada a Vara Especial do Idoso na capital, os crimes previstos no Estatuto do Idoso serão de competência da 8ª Vara Criminal, antiga 10ª Vara Criminal de São Luís.

Dentre outras mudanças, o projeto também estabelece que a 5ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz passe a se chamar Vara de Execuções Penais, e a 6ª Vara Crimi-

nal, ainda não instalada, passe a ser denominada de 5ª Vara Criminal. As atuais sete varas da comarca de Timon ficam divididas em 4 varas cíveis e três criminais.

A 4ª Vara da comarca de Caxias passa ter competência exclusiva de vara de família.

**CARGOS** - O documento ainda prevê a criação de cargos para suprir as necessidades das novas unidades do Judiciário. Para as futuras vagas de juiz de direito, assessor de juiz, analista judiciário e em comissão de

secretário judicial de vara serão criados cinco cargos para cada função.

Também há previsão de criação de 30 cargos de técnico Judiciário, 20 de auxiliar judiciário, dez de oficial de ustiça, além de cargos em comissão de secretário judicial de contadoria (4), secretário de diretoria de fórum (3) e secretário judicial de distribuição (3).

As despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão.





## Lançada pedra fundamental do fórum de Morros



O Poder Judiciário vai investir R\$ 669.0126,98 na construção do novo fórum de Morros, cuja pedra fundamental foi lançada, em setembro, pelos desembargadores, Jamil Gedeon presidente do TJMA, José Bernardo, Ouvidor e José Luis Almeida. A sede própria da Justiça de Morros – que será entregue em seis meses – terá estrutura de 539,75m<sup>2</sup>, e vai abrigar uma vara, com salas para juiz, audiências, secretaria e recepção, arquivo, depósito, centro de processamento de dados e estacionamento próprio. A juíza da comarca, Ticiany Palácio, elogiou a iniciativa do Tribunal em dotar a sede da comarca de instalações adequadas de funcionamen-

to, com padrão próprio do Judiciário e condições de acessibilidade. O terreno de aproximadamente 1.900m<sup>2</sup> onde será erguido o imóvel foi doado pela Prefeitura Municipal.

Além dos desembargadores, participaram do lançamento da pedra fundamental os juízes auxiliares da Presidência, Raimundo Bogéa e Sônia Amaral; o juiz corregedor José Nilo Ribeiro Filho; os juízes Brígido Lajes (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão), Mário Prazeres, José Costa; a promotora de Justiça Elizabeth Albuquerque; o presidente da Câmara Municipal de Rosário, Nestor Lemos; e diretores do TJMA.

## TJMA instala 2ª vara de Rosário

Aproximadamente quatro mil processos em tramitação na Justiça no município de Rosário (45Km de São Luís) vão ser julgados com mais rapidez, com a instalação, em setembro, de mais uma vara judicial na comarca. A 2ª vara cível e criminal tem competência para processar e julgar ações de comércio, família, casamento, sucessões, tutela, curatela, infância e juventude e habeas corpus. A destinação dos processos para a nova unidade dependerá de redistribuição do acervo processual existente.

“A instalação da vara obedeceu a critérios técnicos de dotação de estrutura e de pessoal, para proporcionar mais celeridade processual e melhores condições de trabalho e comodidade aos juízes e servidores”, salientou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon. A juíza Rosângela Prazeres (titular), que responde interinamente pela unidade implantada, disse que a instalação da nova vara, além de descentralizar o trabalho da justiça, revela o compromisso e consciência do Judiciário sobre a importância do trabalho da Justiça.

Segunda a juíza, Rosário e Bacabeira vivem um momento de implantação de grandes empreendimentos que estão impulsionando a demanda processual, com o aumento das questões possessórias de terra decorrentes da especulação imobiliária na



região. Presente à solenidade, o prefeito, Marconi de Aquino, disse que aquela era uma data especial para a cidade de Rosário, cuja população, de cerca de 50 mil habitantes, deverá triplicar em função dos projetos em desenvolvimento na região.

O prefeito fez questão de ressaltar a relação de independência e harmonia entre o Executivo Municipal e o Poder Judiciário. A prefeitura local doou o terreno de 4.230m<sup>2</sup> para a construção do novo fórum local.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Brígido Lages, também prestigiou a solenidade de instalação da vara e, em seu pronunciamento, afirmou que “uma justiça efetiva, célere e eficiente é aquela que atende os reclamos da sociedade”.

Participaram da instalação os desembargadores José Bernardo, Ouvidor do Judiciário e José Luis Almeida.

## Comarca de Viana terá novo Fórum

A pedra fundamental para a construção do novo fórum da comarca de Viana foi lançada, em setembro, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, desembargador Lourival Serejo, juiz Mário Marcio de Almeida Sousa (1ª vara da comarca), com a presença do prefeito Rivalmar Moraes, e do presidente da Câmara Municipal, vereador João Geraldo Coelho.

A sede própria do Judiciário na comarca terá dois pavimentos, com espaço para duas varas; salão de júri para 80 pessoas; alojamento para magistrados; atendimento/recepção; sala para a OAB; distribuição, arquivo; gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material e estacionamento para dez vagas.

Durante o lançamento, o desembargador Lourival Serejo, que é natural de Viana, disse que a comarca é uma das mais antigas do Estado e já merecia um fórum padrão para dinamização dos trabalhos forenses. “O lançamento da pedra fundamental do

fórum de Viana ajuda a aumentar a credibilidade da Justiça”, frisou.

O juiz da 1ª vara da comarca, Mário Marcio de Almeida Sousa, apontou a necessidade da implantação de um Juizado Especial em Viana, tendo em vista a demanda de processos na região.

Segundo ele, na 1ª vara da comarca tramitam cerca de 2 mil processos e na 2ª aproximadamente 700, sendo que os processos, em sua maioria, são da esfera do Juizado Especial.

“É salutar a iniciativa do Tribunal de Justiça, vez que a demanda processual na comarca de Viana já é significativa”, salientou o juiz, acrescentando que dos 2.452 processos distribuídos de 2008 até agosto deste ano, 3.008 foram julgados, incluindo os processos novos e remanescentes.

Na ocasião, o magistrado agradeceu apoio da Prefeitura de Viana e do Legislativo Municipal, que se empenharam na disponibilização do terreno para a construção



do prédio, que, por estar localizado próximo da sede do Ministério Público, vai facilitar a operacionalização da Justiça na comarca.

O prédio terá área construída de 1.193,58m<sup>2</sup>, em terreno com 1.299,83m<sup>2</sup>,

com localização na rua 02 de novembro, s/nº, no centro da cidade.

A obra custará R\$ 1.345.385,17 da receita do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).

## Obras de construção e revitalização de fóruns são vistoriadas

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, visitou 20 comarcas em setembro, onde vistoriou e entregou obras de reforma e construção de fóruns, acompanhado por magistrados e diretores do Tribunal. Em Cedral e Guimarães o corregedor geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro, participou das reuniões de trabalho com os juízes.



**ROSÁRIO (02/09)** - Visita à obra de construção do novo fórum. O imóvel terá 830m<sup>2</sup>, com capacidade para duas varas, salão do júri e estacionamento próprio, com 830,29m<sup>2</sup> de área construída em terreno com 4.300m<sup>2</sup>, localizado na altura do km 7 da rodovia MA – 402.  
Custo: R\$1.034.121,39  
Juíza: Rosângela Prazeres



**COROATÁ (15/09)** - Reforma e adequação, reestruturação das redes lógica, telefônica e elétrica, revestimento, substituição de pisos, revisão da cobertura, troca de louças de banheiros e cozinha, troca de forro do salão do júri. Reparos nas instalações hidrosanitárias, substituição de portas e pintura geral.  
Custo: R\$ 390.194,91  
Juíza: Andréa Cysne Frota Maia



**ESPERANTINÓPOLIS (15/09)** - Foi feita a troca de cabeamento e assessorios, serviços de pintura geral, instalação de transformador, colocação de revestimento em paredes, revisão da cobertura e das instalações elétricas e hidrosanitárias, lógica e telefonia.  
Custo: R\$ 52,8 mil  
Juiz: Rômulo Cruz



**BACABAL (15/09)** - Reforma geral com pintura, revisão de telhado e de instalações elétrica, lógica e de telefonia, revestimento de paredes, revisão das instalações sanitárias.  
Custo: R\$ 215.914,09  
Juiz: Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior



**SANTA INÊS (16/09)** - Construção da nova sede, com três varas, um juizado, e um salão do júri, que terá um salão do júri, totalizando área construída de 1.211,33m<sup>2</sup> sendo 857,33m<sup>2</sup> do fórum e 354m<sup>2</sup> do salão do júri.  
Custo: R\$1.276.103,50  
Juízas: Denise Cysneiro Milhomem, Maricélia Gonçalves e Kariny Pereira Reis



**SÃO MATEUS (16/09)** - Obra de construção do Fórum, em andamento. A unidade terá uma Vara, Salão do Juri, com área construída de 689,89 m<sup>2</sup> em terreno de 2.400m<sup>2</sup>, doado pela Prefeitura municipal, localizado na rua Volta Redonda, s/nº, Bairro Toca da Raposa.  
Custo: R\$1.050.950,43  
Juiz: Marco Aurélio Barrêto Marques



**PINHEIRO (22/09)** - Reforma e adequação da instalações, pintura, construção de rampa, colocação de grades, revisão de telhado e das instalações elétricas, hidráulicas e lógica, instalação de balcão de atendimento e de persianas nas janelas.  
Custo: R\$62.521,33  
Juizes: Anderson Sobral Azevedo, Júlio César Lima Prazeres e Lavínia Helena Macedo.



**ALCÂNTARA (22/09)** - Reforma com pintura geral, colocação de forro, troca de esquadrias, telhado, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e lógica, instalação de bomba d'água e ar-condicionado.  
Custo: R\$110.641,75  
Juiz: Márcio Aurélio Cutrim



**SÃO JOÃO BATISTA (22/09)** - Reforma com pintura, revestimento de paredes, troca de luminárias, instalação de pontos de lógica, força e telefonia, revisão de instalações hidro-sanitárias, ativação de bomba de cisterna e construção da sustentação de caixa d'água, colocação de persianas.  
Custo: R\$178.884,64  
Juíza: Odete Pessoa Mota



**SÃO VICENTE FERRER (22/09)** - Reforma e adequação, redistribuição de dependências, revestimento de paredes, instalação de balcão de atendimento, troca de forro e de luminárias, revisão e de instalações hidro-sanitárias, novas instalações elétricas, lógica e telefonia, reforma dos banheiros.  
Custo: R\$137.964,16  
Juiz: Artur Nascimento



**CEDRAL (23/09)** - Reforma e adequação, pintura geral, colocação de forro e grades, troca de esquadrias, revisão do telhado e das instalações elétricas, hidráulicas e lógicas, construção de arquivo e depósito e de estrutura para caixa d'água, fossa séptica, pavimentação de estacionamento, instalação de persianas nas janelas.  
Custo: R\$ 174.507,61  
Juíza: Marcela Santana Lobo



**GUIMARÃES (23/09)** - Reforma a adequação das instalações, com pintura geral, troca de esquadrias, colocação de forro, revisão de telhado, revisão de instalações elétrico, hidráulica e lógica, telefonia, balcão de atendimento.  
Custo: R\$98.283,93  
Juíza: Gisa Mendonça (respondendo)



## Projeto de reajuste de servidores é entregue ao Legislativo

Em audiência na Assembleia Legislativa, em setembro, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, entregou ao presidente da Casa, deputado Arnaldo Melo, o projeto de lei complementar que reajusta em 6,01% os vencimentos do quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Gedeon afirmou que o projeto é de muita importância para os servidores do Judiciário e pediu o apoio dos membros do Poder Legislativo na aprovação da proposta. "A melhoria salarial é uma ação permanente do Poder Judiciário, em busca de resgatar o poder aquisitivo dos servidores. A concessão do reajuste salarial compatibiliza-se com o

índice inflacionário, bem como com a capacidade financeira do Estado", ressaltou.

Ele frisou que pelo fato de os servidores do Judiciário também serem agentes estaduais civis e, igualmente, sofrerem em seus vencimentos os efeitos da inflação, é dever e questão de justiça conceder o reajuste.

Pelo projeto, os vencimentos dos cargos do quadro de pessoal e funções gratificadas ficam reajustados a partir de 1º de março de 2011, sendo que a diferença devida em razão desse reajuste será implantada no mês de março de 2012, na abertura das contas pelo Estado, de uma só vez. O projeto de lei decorreu das negociações salariais realiza-

das durante reuniões com os representantes dos servidores, ocorridas antes da greve, e do planejamento realizado conjuntamente pelas diretorias financeira, administrativa e de recursos humanos do Tribunal, em acordo com os recursos orçamentários.

Todas as despesas resultantes do reajuste correrão por conta de dotações orçamentárias do Judiciário, obedecendo ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com respaldo também na Lei n.º 9.101, de 30 de dezembro de 2009 (LOA-2010). O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, afirmou

que o projeto é de muita importância para os servidores do Judiciário e pediu o apoio dos membros do Poder Legislativo na aprovação da proposta. "A melhoria salarial é uma ação permanente do Poder Judiciário, em busca de resgatar o poder aquisitivo dos servidores. A concessão do reajuste salarial compatibiliza-se com o índice inflacionário, bem como com a capacidade financeira do Estado", ressaltou.

Ele frisou que pelo fato de os servidores do Judiciário também serem agentes estaduais civis e, igualmente, sofrerem em seus vencimentos os efeitos da inflação, é dever e questão de justiça conceder o reajuste.

## Unidades do Judiciário operam com nova rede de dados

Equipamentos de informática foram instalados pelo Tribunal de Justiça em 124 unidades judiciais e administrativas da capital e do interior. Os novos equipamentos vão quadruplicar a velocidade de conexão entre as unidades jurisdicionais e a base de dados do TJ, em São Luís. A medida agiliza os procedimentos nas secretarias judiciais no atendimento ao público.

Anteriormente, os links utilizados para conexão à internet eram lentos, causando prejuízos às atividades forenses. Com a instalação dos novos equipamentos, com capacidade de 2Mb (4 vezes a velocidade atual), a Justiça estadual vai dispor de melhor infraestrutura de tecnologia, refletindo em agilidade na transmissão de dados e maior produtividade dos serviços oferecidos

ao cidadão.

O diretor de informática do TJMA, Paulo Rocha, resalta que o serviço mais ágil vai proporcionar um acesso mais célere do servidor ao sistema, além de atender melhor o cidadão que se dirigir ao fórum para obter informações. O Poder Judiciário está investindo anualmente R\$ 7 milhões no processo de instalação e manutenção dos links em prédios do Judiciário.

**CAPITAL** - receberam os novos links os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Centro; Uema; Coroado; Anjo da Guarda; Ceuma; São Francisco; Cohama; Turu; Anil; João de Deus; Maracanã; os Juizados Especiais Criminais do Fórum e do Anil; Fórum de São Luís; 2º e 3º Juizado Cri-

minal; 2ª Vara de Execuções Penais; 11ª Vara Criminal; 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude; Casa da Criança; Escola da Magistratura (ESMAM); Juizado de Trânsito; Turmas Recursais; Vara da Violência Doméstica Contra Mulher e setor de Almoxarifado da Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ.

**INTERIOR** - Comarcas de Açailândia; Anajatuba; Amarante; Araiases; Arari; Bacabal; Bacuri; Balsas; Barra do Corda; Barreirinhas; Bequimão; Brejo; Bom Jardim; Buriti; Buriti Bravo; Buriticupu; Caxias (fórum e juizado); Cedral; Codó; Colinas; Coroatá; Chapadinha; Cururupu; Dom Pedro; Esperantinópolis; Estreito; Guimarães; Humberto de Campos; Icatu; Imperatriz (fórum, juizado e Turma Recursal)); Itapecuru-Mirim; Itinga

do Maranhão; João Lisboa; Lago da Pedra; Magalhães de Almeida; Matinha; Mirinzal; Monção; Olho D'água das Cunhãs; Olinda Nova; Paço do Lumiar; Paulo Ramos; Paraibano; Parnarama; Pastos Bons; Pedreiras; Penalva; Pindaré Mirim; Pinheiro; Pio XII; Poção de Pedras; Porto Franco; Presidente Dutra; Raposa; Riachão; Rosário; S. Vicente Férrer; Santa Helena; Santa Inês; Santa Luzia; Santa Luzia do Paruá; Santa Quitéria; Santa Rita; Santo Antônio dos Lopes; S. Bento; S. Bernardo; S. Domingos do Maranhão; S. José de Ribamar; S. Luiz; S. Luís Gonzaga; S. Mateus; S. Pedro da Água Branca; S. Raimundo das Mangabeiras; Senador La Roque; Timbiras; Tutóia; Tuntum; Turiaçu; Urbano Santos; Vargem Grande; Viana, Vitória do Mearim; Vitorino Freire e Zé Doca.

## Judiciário garante funcionamento da Justiça em Poção de Pedras



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, acompanhado da juíza Teresa Palhares, do juiz Rômulo Cruz, e do prefeito Gildásio Silva, visitou o prédio da comarca de Poção de Pedras, destruído por um incêndio no dia 22 de setembro deste ano.

Após avaliar os estragos sofridos pelo prédio deteriorado, o presidente do TJMA visitou as instalações de um imóvel que foi cedido pelo Executivo Municipal para sediar, provisoriamente a comarca, localizado na avenida Presidente Kennedy, nº 27, Centro - próximo ao antigo Fórum. O TJMA iniciou no dia 27 de setembro a reforma emergencial do imóvel, que tem 162,22 m².

O novo fórum contará com gabinete, salas de espera, atendimento ao público, secretaria judicial, juizado especial, assessoria e sala de audiência, além de cozinha e área de serviço, adaptadas para uso pela vara única da comarca.

Com a adequação do imóvel, o TJMA

busca manter a qualidade no atendimento aos serventuários, oferecendo também condições adequadas de trabalho aos magistrados e servidores.

Acompanharam a visita o juiz auxiliar da presidência, Raimundo Bogéa, e os diretores Francisco Pereira (administrativo) e Alessandra Darub (geral).

